

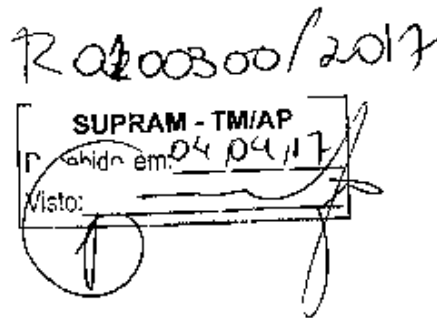


Zancaner Costa e Spiwak
Advogados



AO SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO
AMBIENTE TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARNAÍBA - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE - SUPRAM/MG

Praça Tubal Vilela, 3, Centro, Uberlândia/MG



Ref.: Processo Administrativo 454177/16

Auto de Infração nº 44470/12

Ofício nº 58-17 NAI

BRF S.A ("BRF"), já qualificada nos autos do processo em referência, por seus advogados que esta subscrevem (Doc.1), nos autos do processo administrativo em referência, tendo em vista a decisão de indeferimento da defesa apresentada nos autos do processo em epígrafe por este órgão, vem tempestivamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fundamento nos artigos 42 e 43 do Decreto Estadual 44.844/08, nos termos a seguir expostos:

I - TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

1. Em 06/03/17 a BRF recebeu pelos Correios o ofício em epígrafe com a decisão administrativa da SUPRAM que indeferiu a defesa apresentada, mantendo a aplicação de penalidade de multa à BRF. O prazo de 30 dias para interposição do respectivo recurso teve então início no primeiro dia útil seguinte, em 07/03/17 e expira em 05/04/17. Assim, o presente recurso é manifestamente tempestivo.

II - BREVE SÍNTESE DA AUTUAÇÃO

2. A infração administrativa ambiental imputada à BRF pela SUPRAM, nos termos do Auto de Infração nº 44470/12 (o "AI") foi supostamente por "descumprir condicionantes aprovadas nas licenças prévia, de instalação e de operação (...) por deixar de comunicar ao órgão a paralização de lagoa de ETE, que gerou impacto ambiental negativamente geração de odores prejudicando a população".



Zancaner Costa e Spiewak
Advogados

3. A conduta da BRF foi tipificada de forma genérica na Lei 7.772/80, sem que houvesse indicação de seu artigo correspondente. A infração ao Decreto Estadual 44.844/08, artigo 83, I item 114, também foi indicada na fundamentação.

4. Em decorrência, foi aplicada penalidade multa no valor de R\$ 44.984,07 (quarenta e quatro mil reais, novecentos e oitenta e quatro reais e sete centavos). Cabe destacar que a multa atualizada está, atualmente, no valor de R\$ 67.156,51 (sessenta e sete mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

5. A BRF apresentou resposta, pela qual esclareceu que tão logo teve conhecimento da fuga de gases, imediatamente, acionou sua consultoria externa e técnicos para conter o vazamento e o pequeno incômodo no entorno. Ainda em sua defesa, requereu a imposição da penalidade de advertência ou a redução da multa aplicada.

6. Ainda assim, o órgão ambiental decidiu pela subsistência da infração, por entender que as afirmações do agente autuante, dispostas no Auto de Infração, possuem presunção de legitimidade, bem como por compreender que a BRF não demonstrou por meio de documentos probatórios a inexistência da conduta infracional, referente a emissão de substâncias na atmosfera com forte odor. É a síntese do necessário.

III - NULIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

7. Como se sabe, o AI é uma das formas de se instaurar procedimento administrativo para apuração de irregularidades. Sendo assim, deve observar os requisitos do ato administrativo e se orientar pelos Princípios que regem a Administração Pública, como legalidade, eficiência, impessoalidade, motivação, razoabilidade e razoável duração do processo.

8. Como será demonstrado no item subsequente, o AI e o processo administrativo em questão incorreu em nulidade apta a tornar o AI insubsistente de pleno Direito.

(i) Violação do princípio da legalidade pela falta de motivação legal do AI em Lei formal

9. O artigo 5º, inciso II, da Constituição da República de 1988 preceitua expressamente que:

"Art. 5º - [...]

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei".

10. Em razão desse preceito fundamental, a doutrina especializada¹² atribui um sentido formal ao princípio da legalidade. Sob este prisma, a Administração Pública não pode exigir dos administrados determinados comportamentos que não estejam expostos em lei em sentido estrito.

11. Recentemente, ao analisar novo precedente neste mesmo sentido, a 1ª Turma do STJ, em recurso da relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, traçou o correto entendimento da matéria, **exigindo a fundamentação em lei strictu sensu** para a validade do auto de infração, excluindo a possibilidade de fundamentação legal exclusiva em decretos:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MULTA AMBIENTAL. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EM LEI STRICTU SENSU NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO QUE ENSEJARIA O REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. **Em respeito ao Princípio da Legalidade, não é cabível a aplicação de multa ambiental sem a expressa previsão em lei strictu sensu, de modo que não se admite a motivação exclusivamente em Decretos Regulamentares ou Portarias. Precedentes: AgRg no REsp. 1.144.604/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Dje 10.6.2010; AgRg no REsp. 1.164.140/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Dje 21.9.2011** 2. Hipótese em que a Corte de origem consignou que a aplicação da multa se deu com fundamento exclusivo em atos regulamentares. Nesse contexto, a reversão do julgado ensejaria a incidência do óbice da Súmula 7/STJ. (nosso grifo).*

12. Importante notar que o Auto de Infração em questão foi exclusivamente motivado no artigo 83 do Decreto 44.844/2008, prescindindo de fundamentação em dispositivos da lei, tendo sido apenas citada a lei, sem indicação do artigo que fundamenta a infração, restando o AI maculado de NULIDADE de pleno Direito, por ausência de descrição detalhada da infração, com indicação do artigo da lei infringido, devendo ser assim tal vício reconhecido por este órgão.

IV - DOS FATOS E DAS MEDIDAS ADOTADAS POR PARTE DA BRF

13. Inicialmente, é importante destacar que a BRF é uma empresa de alimentos sediada no Brasil, uma das maiores companhias de abate de aves do mundo. Os produtos da empresa estão presentes em 95% dos lares brasileiros. A BRF tem como objetivo entregar produtos inovadores e de alta conveniência para consumidores globais, incluindo presuntaria, salsichas e linguças.

¹ Celso Antônio Bandeira de Mello entende que "a expressão 'legalidade' deve, pois, ser entendida como 'conformidade à lei e, sucessivamente, as subsequentes normas que, com base nela, a Administração expõe para regular mais estritamente sua própria discução', adquirindo então um sentido mais extenso". Segundo a visão de Celso Antônio Bandeira de Mello, a Administração estaria vinculada positivamente não somente à lei em sentido estrito, mas também a eventuais normas que possam existir, decorrentes da lei, produzidas pela própria Administração para regular seus comportamentos ulteriores. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo, 20ª edição. São Paulo, Editora Malheiros, 2006)

² "[...] a palavra lei, para a realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, a lei formal, isto é, ao ato legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na Constituição (arts. 59 a 69). Há, porém, casos em que a referência à lei na Constituição, quer para satisfazer tão-só as exigências do princípio da legalidade, quer para atender hipóteses de reserva (infra), não exclui a possibilidade de que a matéria seja regulada por um "ato equiparado", e ato equiparado à lei formal, no sistema constitucional brasileiro atual, serão apenas a lei delegada (art. 68) e as medidas provisórias, convertidas em lei (art. 62), as quais, contudo, só podem substituir a lei formal em relação àquelas matérias estritamente indicadas nos dispositivos referidos". SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 32ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

zcbst

Zancaner Costa e Spiwak
Advogados

14. Cotidianamente, mantem controles, sistemas e ferramentas para avaliar a conformidade de suas operações no Brasil e ao redor do mundo, a fim de prevenir riscos e melhorar as condições ambientais, trabalhistas, de saúde e segurança de suas instalações.

15. No que se refere à rápida fuga de gás ocorrida na fábrica, cabe novamente salientar que tão logo tal vazamento foi identificado, a BRF adotou todas as medidas necessárias para sua imediata contenção, sendo certo que se houve incômodo sentido pela população do entorno, o desconforto foi mínimo e passageiro.

16. Com relação às adequações, cumpre destacar que a equipe técnica da BRF foi rapidamente acionada para estancar a fuga de gás. Tão logo se identificou o digestor com vazamento, o mesmo foi desligado e realizada solda no local, resolvendo-se assim o problema.

17. Conforme já informado nos autos do processo, para que tal evento não ocorra novamente a BRF decidiu trocar a maioria dos seus digestores, substituindo-os por equipamentos mais novos, com uma tecnologia mais avançada, tudo para que não haja danos ao meio ambiente e inconvenientes à população do entorno.

18. O que a BRF pretende exaustivamente demonstrar é que em nenhum momento agiu de má-fé, no intuito de descumprir qualquer legislação vigente, pelo contrário, agiu diligentemente para conter o vazamento e evitar inconvenientes à população do entorno, de modo que a conduta apontada neste ato fiscalizatório não representa nenhuma conduta pautada em culpa ou dolo, o que é de conhecimento deste órgão e que deve ser considerado, caso cabível, a aplicação e qualquer penalidade.

19. Assim, para que haja imputação de penalidade a um suposto infrator, deve-se levar em consideração sua boa-fé, bem como as medidas adotadas para adequação da conduta e eliminação de eventuais efeitos negativos decorrentes, razão pela qual a autuação objeto deste processo merece ser devidamente analisada por este órgão para correta tomada de decisão.

IV – CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTÊNCIA OU REDUÇÃO DO VALOR

20. Caso superados os argumentos acerca da nulidade apontada no AI, a BRF pondera que, com base nos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, que a multa que lhe foi aplicada deverá ser convertida em advertência ou, ao menos, reduzida a patamar mais comedido.

21. Com efeito, restou comprovada a ausência de culpa na hipótese, pois conforme demonstrado todas as medidas necessárias para adequação do evento foram imediatamente adotadas pela BRF. Neste sentido, o artigo 61, I, c, do Decreto 44.844/2008 delimita a baliza legal referente ao valor da penalidade de multa, "multa de R\$ 50,00 a R\$ 500.000,00. No caso concreto foi determinado o valor de R\$ 44.984,07, o que não se conforma com os critérios de aferição de valor dispostos no artigo 15 da Lei 7.772/80, que trata dos critérios que devem ser observados para aplicação de penalidade, transcrito abaixo:



Zancaner Costa e Spiewak
Advogados

Art. 15 - As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério da COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta lei

§1º Para imposição e graduação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; (grifo nosso).

II - os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

III - a situação econômica do infrator, em caso de multa.

22. Ou seja, se fosse cabível a aplicação de penalidade à empresa, o cálculo utilizado para a definição da sanção imposta deveria ter como base os critérios dispostos na lei.

23. Diante de tal conceito, é fácil concluir que dentre outros critérios, a aplicação da pena deve estar diretamente relacionada à gravidade das infrações, ou seja, diante de uma conduta menos grave, a sanção aplicada deveria ser inferior a uma sanção aplicada para uma conduta mais grave.

24. No presente caso, a par do fato de que o órgão sequer graduou de modo justificado a gravidade da infração supostamente cometida pela BRF, fato é que a irregularidade disposta no Auto de Infração, não foi gravosa a ponto de justificar a aplicação de penalidade de multa no exorbitante valor de R\$ R\$ 44.984,07 (quarenta e quatro mil reais, novecentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), em patamar acima do mínimo legal.

25. Assim, se cabível a aplicação de qualquer penalidade à BRF em decorrência dos fatos analisados neste processo, este órgão deveria ter considerado a gravidade do fato, que no caso em tela foi irrelevante tendo em vista que o vazamento consistiu em uma rápida fuga de gás, bem como as ações imediatas adotadas pela empresa para corrigir qualquer incômodo no entorno da fábrica.

26. Por todo o exposto, a infração imputada à BRF, quando muito, enquadrar-se-ia na hipótese de imposição de penalidade de advertência, tendo em visto o incômodo mínimo causado e a imediata adoção de medidas reparadoras pela empresa.

27. Nesse contexto, se porventura não vier a ser decretada a nulidade do AI como um todo, como requerido neste recurso, a BRF roga que ao menos seja convertida a sanção de multa em penalidade de advertência, diante de seu caráter meramente formal e inexistência de dano ambiental quase sem nenhum dano.



Zancaner Costa e Spiewak
Advogados

28. Por fim, subsidiariamente, caso o AI venha a ser mantido, requer a BRF que a multa imposta seja reduzida ao mínimo legal, tendo em vista a pequena gravidade da infração e em razão das medidas tomadas para eliminar e atenuar qualquer incômodo causado.

V.- CONCLUSÃO: DOS REQUERIMENTOS

29. Diante das razões de fato e de Direito acima expostas, e considerando, mais, a tempestividade e a regularidade do recurso ora apresentado, a BRF, respeitosamente requer seja o presente recurso CONHECIDO e PROVIDO em razão das nulidades evidenciadas. Em linha sucessiva, caso seja mantido, requer a conversão da multa aplicada em advertência ou a redução do valor aplicado ao mínimo legal, em razão da pequena gravidade dos fatos e das medidas imediatamente adotadas para eliminar o incômodo causado.

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 05 de abril de 2017.

Pedro S. De Franco Carneiro
OAB/SP - 173.238

Paula Alice T. B. C. A.
OAB/SP 312.406

Mariana Araújo Simão Curi
OAB/MG 158.065



Zancaner Costa e Spiewak
Advogados

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos por **BRF S.A.**, com sede na Rua Jorge Tzachel, 475, Bairro Fazenda, Itajaí, Estado de Santa Catarina,, inscrita no CNPJ nº 01.838.723/0001-27 (Doc.1), através do instrumento de mandado anexo, ao advogado abaixo relacionado, **para exclusivamente protocolar o recurso administrativo**, referente ao **Processo Administrativo 454177/16**, em trâmite perante a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARNAÍBA - SUPRAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SUPRAM/MG**

Mariana Araújo Simão Curi

OAB/MG 158.065

São Paulo, 27 de março de 2017.

Pedro S. De Franco Carneiro
OAB/SP - 173.238

Paula Alice de Faria
OAB/SP 112.406



SUBSTABELECIMENTO

Outorgante: BRF S.A. ("BRF")

Outorgados: os seguintes advogados integrantes do escritório Zancaner Costa, Bastos e Spiewak Sociedade de Advogados ("ESCRITÓRIO PARCEIRO"), com sede na Alameda Campinas, 1077, 2º andar, Cep 01404-001, São Paulo/SP.

BENNY SPIEWAK, OAB/SP 204.598, RG 27.803.295-6, CPF/ME 311.000.998-89; PEDRO SZAJNFERNER DE FRANCO CARNEIRO, OAB/SP 173.238, RG 11552029-6, CPF/ME 281.365.108-73; PAULA ALICE F. T. B. CRUZ, OAB/SP 312.406, RG 2001010449808, CPF 010.674.703179.

Finalidade: defender os interesses da BRF em todos os processos judiciais e/ou administrativos de matéria ambiental em que houver solicitação de patrocínio expressa e por escrito da BRF, podendo praticar todos os atos de interesse da OUTORGANTE e, em especial, transigir, desistir, receber e dar quitação, solicitar, requerer, receber e acessar dados, informações e documentos particulares e/ou confidenciais, bem como realizar todos os demais atos necessários para a defesa dos interesses da OUTORGANTE, sendo vedado o levantamento de quaisquer valores, exceto nos casos previamente autorizados por escrito pela OUTORGANTE e mediante crédito automático na conta da BRF.

É possibilitado o substabelecimento a advogados correspondentes ("ADVOGADOS CORRESPONDENTES") apenas dos seguintes poderes específicos: (i) efetuar carga de autos físicos, (ii) obter cópias e informações referentes ao processo (iii) solicitar e levantar certidões, desde que com prévia e expressa orientação a solicitação por escrito do ESCRITÓRIO PARCEIRO, sendo vedada a prática de qualquer outro ato pelos ADVOGADOS CORRESPONDENTES.

Na hipótese de qualquer dos OUTORGADOS deixar de ser integrante do ESCRITÓRIO PARCEIRO, cessarão automaticamente os efeitos do mandato em relação ao respectivo OUTORGADO.

São Paulo, SP, 07 de fevereiro de 2017.
[Handwritten Signature]
Ana Luisa Fagundes Royal Hilaux
OAB/SP 172.659

Stamp of the OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) with handwritten signatures and text. The stamp includes the text: "OAB/SP - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo", "Cadastrado em 07/02/2017", and "Assinatura de ANA LUISA FAGUNDES ROYAL HILAUX". There are also some illegible handwritten notes and stamps.

Declaro, sob as penas da lei, ter a presente cópia fiel do original por mim reproduzida.
Nome: Pedro S. De Franco Carneiro
OAB/SP - 173.238
[Handwritten Signature]

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS

DISTRITO DE JARDIM SILVEIRA

BARUERI - SP

COMARCA DE BARUERI - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO CONCEIÇÃO APARECIDA FRANCO DOS ANJOS

162



PRIMEIRO TRASLADO LIVRO 185, FOLHAS 366/369

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: BRF S.A., COMO ABAIXO DECLARA.

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete, (23/01/2017), neste Distrito do Jardim Silveira, Município e Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, em cartório, perante mim escrevente autorizada e da Oficial Tabeliã que esta subscreve, compareceu como outorgante: BRF S.A., com sede e foro na Rua Jorge Tzachel, nº 475, Bairro Fazenda, na cidade Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº .01.838.723/0001-27, com sua Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária e seu Estatuto Social, datados de 07/04/2016, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 20160700426 e 20160700795, em data de 02/05/2016, ("BRF" ou Outorgante"), cujas cópias autenticadas dos mesmos já encontram-se arquivadas neste Cartório em pasta própria de nº 01/2016, sob nº de ordem 058, neste ato representada conforme o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 28, de seu Estatuto Social, por seus Diretores: RAFAEL IVANISK OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 525985488-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº .512.934.205-49, é, LEONARDO ALMEIDA BYRRO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 20.477.845-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 269.275.368-25, ambos com endereço profissional à Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, em São Paulo (SP), eleitos através da 13ª Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 11/07/2016, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 20161241697, em data de 10/08/2016, cuja cópia autenticada da mesma já encontra-se arquivada neste Cartório em pasta própria de nº 01/2016, sob nº de ordem 156. A presente juridicamente capaz aqui vinda especialmente para este ato, identificada pela própria por mim escrevente autorizada e da Oficial Substituta que esta subscreve, face os documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. E perante mim pela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui seus bastantes procuradores: (1) ANA LUISA FAGUNDES ROVAI HIEAUX, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº 172.659 e no CPF/MF nº 292.717.718-00; (2) PAULA NEGRO PRUDENTE DE AQUINO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n. 196.340 e no CPF/MF nº 293.378.718-07; (3) CARMEM DEGENHARDT, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC nº 15.049 e no CPF/MF nº 764.715.519-91; (4) ADELITA BATISTA BREDA GUIRAU, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 230.139 e CPF/MF nº 215.664.778-99; (5) MARCELA XAVIER DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 310.470 e no CPF/MF nº 376.456.528-45; (6) JOÃO ARTHUR FOLTRAN, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 291.380 e no CPF/MF nº 341.007.058-32; (7) DEBORAH OGAWA ARITA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 330.985 e no CPF/MF nº 332.782.318-99; (8) NATHALIE MAUAD GIORDANI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 325.537 e CPF/MF nº 387.507.458-08, (9) FLAVIO AUGUSTO CARVALHO DA FONSECA ROSSINI, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 291.963 e CPF/MF nº 324.071.338-11;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

- (10) GABRIELA GRANCHELLI GREGGIO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 289.742 e no CPF/MF nº 338.070.268-90; (11) REGIS EGASHIRA LIMA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 282.384 e CPF/MF nº 340.391.838-60; (12) CARLA ROBERTA WILBERT, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC nº 31.425 e no CPF/MF nº 047.321.449-00; (13) JULIO CÉSAR MARCELINO PIRES DE MELLO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 341.036 e CPF/MF nº 406.163.978-10; (14) RUBIA FONTENELE DANIEL, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 372.724 e no CPF/MF nº 281.193.618-14; (15) JEAN MICHEL PEGUIM, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP nº 359.456 e no CPF/MF nº 408.844.208-33; (16) VICTOR LAFAYETTE COHEN RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 094.262.337-17 e na OAB/RJ nº 137.908; (17) AKIRA ANO JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP nº 267.041 e no CPF/MF sob o nº 258.948.648-01; (18) GABRIELA FERNANDA LOOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 29.190 e no CPF sob o nº 036.589.019-77; (19) CINTHIA BRAVO FORONI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 287.772 e inscrita no CPF/MF sob o nº 346.529.168-92; (20) THIAGO BRONZERI BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP, 232.137, e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.949.048-04; (21) RICARDO DE PAIVA MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 110.674, e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.904.448-04; (22) MATEUS AKIRA KIKUCHI, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 338.823, e inscrito no CPF/MF sob o nº 370.010.078-70; (23) KAROLINE DOS SANTOS BRAVIN, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 314.643, e inscrita no CPF/MF sob o nº 329.639.658-30; (24) RUBIA FONTENELE DANIEL, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 372.724, e no CPF/MF sob o nº 281.193.618-14; do procurador (1) ao (24) com endereço profissional na Rua Hungria, nº 1.400, Jardim América, CEP 01.455-00, na cidade de São Paulo-SP; (25) LUCIANO BAUER WIENKE, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS nº 67.879 e no CPF/MF nº 934.787.470-16; (26) ITAGIBA LINO DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC 20.617 e no CPF/MF nº 213.831.488-05; (27) NEIVA TEREZINHA CESCO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SC nº 12.699 e no CPF/MF nº 482.063.429-15; (28) LEANDRO VIZINTINI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR 42.897 e no CPF/MF nº 041.211.139-00; (29) BEATRIZ ORLANDI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR nº 72.908 e no CPF/MF nº 331.221.268-50; (30) KAMILY KRUGER DA LUZ PERINI, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR nº 72.673 e no CPF/MF nº 077.553.939-25; (31) SINARA EDITH MOMM, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC nº 38.405 e no CPF/MF nº 074.307.379-78; (32) SUE ELLEN LAI PITTA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR nº 44.267 e no CPF/MF nº 041.959.479-52; (33) WILSON FRANCISCO SARAIVA QUATRIN, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC 22.153 e no CPF/MF nº 978.331.690-72; (34) ROSE MIRIAN PELACANI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR nº 13.940 e CPF/MF nº 460.162.879-20; (35) MARIO RAUL CASTILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR nº 65.464 e CPF/MF nº 489.941.209-63; (36) DAYANA LANDUCHE, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR nº 49.249 e CPF/MF nº 041.512.259-78; (37) LUIZ ANTONIO VENTORINI, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS nº 163.632 e CPF/MF nº



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS
DISTRITO DE JARDIM SILVEIRA
BARUERI - SP
COMARCA DE BARUERI - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELLA CONCEIÇÃO APARECIDA PRANDINI DOS ANJOS



780.555 200-20, (38) JOYCE PELLANDA CHEMIN, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PR nº 58.957 e CPF/MF nº 061.974.789-78; (30) TIAGO BOTH, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS nº 92.444 e CPF/MF nº 039.114.470-16, (40) THIAGO PASTORIO ZUCONELLI, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador da cédula de identidade RG nº 5.068.203-2 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.196.331-59, (41) LIA SCHWEMLEIN MUSSI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 46.552, inscrita no CPF/MF sob o nº 058.075.019-18; (42) JULIENE BARBOSA MENDES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob o nº 79.590, e no CPF/MF sob o nº 035.177.932-37; e (43) PAULINE KELM PAES, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PR sob o nº 50.001, inscrita no CPF/MF sob o nº 039.648.379-89, do procurador (25) ao (43) com endereço profissional na Rodovia BR 277, nº 3001, Bairro Mossunguê CEP 62.305-100, na cidade de Curitiba/PR, (44) MAURO HENRIQUE MORESCO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 12.414 e no CPF/MF nº 551.597.109-49, com endereço profissional na Av. Presidente Castelo Branco nº 141, CEP 89.610-000, na cidade de Herval D'Oeste/SC; (45) ANDRÉIA LUIZA DALLA COSTA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ nº 131.123 e no CPF/MF nº 023.980.359.05 com endereço profissional na Estrada Venâncio Pereira Veloso, nº 1478, Bairro Capivan, CEP 25.035-375, na cidade de Duque de Caxias/RJ, (46) CRISCIA EMELINE SCHWINGEL MATZENBACHER, brasileira, casada advogada, inscrita na OAB/SC nº 23.234 e no CPF/MF nº 036.803.449-30, com endereço profissional na Av. Senador Atilio Fontana, 600-E, Bairro Engenho Braun, CEP 89.809-000, na cidade de Chapecó/SC; (47) MARISTELA PEREIRA GOULART, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG nº 69.237 e no CPF/MF nº 783.753.206-68, com endereço profissional na Av. Coronel José Teófilo Carneiro, 1001, Bairro São José, CEP 38.401-344, na cidade de Ubatuba/MG, (48) MARILIA GONDIM TORRES DA ROCHA FERNANDES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE nº 30.432 e CPF/MF nº 071.581.774-40, com endereço profissional na Av. Fernando Simões Barbosa, 266, 5º andar, Centro Empresarial Wecon VI, Recife/PE; e (49) GERCILIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR nº 49.030 e no CPF/MF nº 043.368.476-30, com endereço profissional na Rod. GO-210, Km 394, Setor Industrial, CEP 75904-900, Rio Verde/GO; aos quais confere poderes para representarem a Outorgante, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, conferindo-lhes os poderes para, à exceção do bacharel em direito que só poderá atuar em atos não privativos ao exercício da advocacia, a representem em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual, municipal ou previdenciária, para o que lhes outorgam, nos termos do art. 105, do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e do art. 5º, §2º da Lei nº 8.906/94, os poderes da cláusula "ad judicium e et extra", para representação em qualquer instância ou Tribunal, inclusive no âmbito do contencioso administrativo, usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo ditos procuradores representá-la em qualquer ação, inclusive pedido de falência, assim como atuar, deliberar e votar em assembleias gerais de credores, crianda do processo de recuperação judicial, em conformidade prece tua a Lei 11.101/05 - Lei de Recuperação Judicial e Falência, propor e/ou representá-la em ações rescisórias, mandados de segurança, receber citações, intimações, confessar, transigir, desistir, renunciar a direitos, firmar compromissos, receber e dar quitação, levantar depósitos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do São Paulo

Judiciais, liberar hipotecas, assinar carta de anuência, nomear preposto, nomear bens a penhora em processo de Execução Fiscal e assinar o respectivo termo de nomeação, receber e assinar correspondências, declarações e notificações, requerer a Escritura Pública de Ata Notarial (publicações nas redes sociais, tais como: Facebook, Instagram e Twitter), requerer certidões, autenticações e registros, assinar livros fiscais, bem como inscrições fiscais, seus cancelamentos, transferências e outras averbações e mais os que se fizerem necessários à defesa dos direitos e interesses judiciais e processuais da Outorgante, podendo os Outorgados, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sempre no melhor interesse da Outorgante e em conformidade: (i) com a legislação aplicável; (ii) com o Estatuto Social da Outorgante; e (iii) com as políticas e normas internas da Outorgante, com as quais os Outorgados declaram conhecer e concordar, ficando exclusivamente responsáveis pelos atos praticados no âmbito do presente mandato, bem como por eventuais perdas e danos causados à Outorgante pelo uso indevido dos poderes ora outorgados; sendo, em qualquer hipótese, vedada a prática de atos que importem na aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de: (a) participações acionárias e/ou quaisquer valores mobiliários em quaisquer sociedades; (b) imóveis de qualquer valor e bens do ativo permanente; e (c) aquisição, venda, transferência, licença e/ou cessão de direitos de propriedade intelectual para terceiros, inclusive em operações de *joint venture*. Somente os procuradores nomeados nos itens (1), (2), (3) e (24), poderão substabelecer. Se qualquer dos Outorgados deixar de ser empregado da Outorgante, cessarão automaticamente os efeitos desta procuração em relação ao respectivo Outorgado. Todos os dados dos procuradores foram fornecidos pelos representantes da outorgante, a qual se responsabiliza por sua exatidão. Assim o disse do que dou fé. A pedido da outorgante lavrei a presente, a qual feita e lida sendo lida em voz alta e clara, achou-se em tudo, conforme outorgou, aceitou e assina, dispensando a assinatura de testemunhas nos termos do provimento CG: 58/89 da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. De tudo dou fé. - Emolumentos: Oficial: R\$ 47,83, Secretaria da Fazenda: R\$ 13,60, IpeSP: R\$ 7,01, M.P.: R\$ 2,30, Registro Civil: R\$ 2,52, Tribunal da Justiça: R\$ 3,28, Santa Casa: R\$ 0,48, Total: R\$ 77,02. Guia nº 004/2017. Eu, (a.) Fabiana Aparecida Escobar, escrevente autorizada, a lavrei. Eu, (a.) Conceição Aparecida Prandini dos Anjos, Oficial Tabelião, a subscrevo e assino. (a.a) RAFAEL IVANIŠK OLIVEIRA - LEONARDO ALMEIDA BYRRO - CONCEIÇÃO APARECIDA PRANDINI DOS ANJOS. Nada mais, trasladada em seguida e na mesma data supra. Eu, Fabiana Aparecida Escobar, escrevente autorizada, a lavrei. Eu, Conceição Aparecida Prandini dos Anjos, Oficial Tabelião, a subscrevo e assino.

Em test. da Verêde.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS TABELIÃO DE NOTAS DO DISTRITO
DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP
CEL. CONCEIÇÃO AP. PRANDINI DOS ANJOS
TABELIÃO

OFICIAL TABELIÃO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS TABELIÃO DE NOTAS DO DISTRITO
DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP
FABIANA APARECIDA ESCOBAR
ESCREVENTE AUTORIZADA



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte:

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.838.723/0001-27 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 14/05/1997			
NOME EMPRESARIAL BRF S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 18.12-1-01 - Abate de aves			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA			
LOCALIDADE R JORGE TZACHEL		NÚMERO 476	COMPLEMENTO
CEP 88.309-400	BARRIO/CELEIRO FAZENDA	MUNICÍPIO ITAJAI	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTARIOCS3C@BRF-BR.COM		TELEFONE (47) 3248-4100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/10/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 21/12/2015 às 12:24:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta OSA / Capital Social

Voltar

Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da BRF S.A., realizada em 07 de abril de 2016, às 11:00 horas.

BRF S.A.
CNPJ/MF Nº 01.838.723/0001-27
Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

I. DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL

Artigo 1. A BRF S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta, a qual se rege pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais leis e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento de Listagem do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Jorge Tzachel, 475, Bairro Fazenda, CEP 88.301-600, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

Artigo 3. Constituem o objeto social principal da Companhia o exercício das seguintes atividades, em território nacional ou no exterior:

- (i) a industrialização, comercialização, no varejo e no atacado, e exploração de alimentos em geral, principalmente os derivados de proteína animal e produtos alimentícios que utilizem a cadeia de frio como suporte e distribuição;
- (ii) a industrialização e comercialização de rações, nutrientes e suplementos alimentares para animais;
- (iii) a prestação de serviços de alimentação em geral;

Gerson Antônio Ponso

- (iv) a industrialização, refinação e comercialização de óleos vegetais, gorduras e laticínios;
- (v) a exploração, conservação, armazenamento, ensilagem e comercialização de grãos, seus derivados e subprodutos;
- (vi) a comercialização no varejo e no atacado de bens de consumo e de produção, inclusive a comercialização de equipamentos e veículos para o desenvolvimento de sua atividade logística;
- (vii) a exportação e a importação de bens de produção e de consumo;
- (viii) a prestação de serviços de transporte, logística e distribuição de cargas e alimentos em geral;
- (ix) a participação em outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; e
- (x) a participação em projetos necessários à operação dos negócios da Companhia.

Parágrafo Único - A Companhia poderá ainda exercer, por si ou mediante a contratação de terceiros, atividades de suporte às atividades-fim listadas no Artigo 3º acima, tais como:

- (I) atividades auxiliares de apoio administrativo, técnico ou operacional voltadas à criação de condições para o melhor exercício de suas atividades principais;
- (II) transporte de cargas em geral;
- (III) serviços de armazenagem e estocagem de produtos e demais serviços a estes correlatos;
- (iv) atividades de promoção e reposição de seus produtos no varejo e em pontos de exposição e venda ao consumidor final, incluindo o suporte necessário aos clientes que permita o acondicionamento e visualização dos produtos;
- (v) serviços de recebimento e alocação de matéria-prima a ser utilizada na produção;
- (vi) serviços de reparação, manutenção e conservação de máquinas e veículos;
- (vii) a promoção de atividades, programas, assistência técnica e fomento que objetivem o desenvolvimento agropecuário nacional;
- (viii) a industrialização, exploração e comercialização de embalagens de qualquer natureza;

- (ix) a exploração e criação de animais em geral;
- (x) a comercialização de commodities em geral;
- (xi) pesquisa e desenvolvimento de técnicas de produção e de melhoramento das matrizes genéticas da Companhia;
- (xii) as atividades de reflorestamento, extração, industrialização e comercialização de madeiras;
- (xiii) a comercialização de bens móveis, imóveis, incluindo máquinas, equipamentos e veículos, do ativo imobilizado, para atender à atividades inseridas no objeto social da Companhia descrito no presente artigo; e
- (xiv) serviços de abastecimento de combustível para frota própria ou para terceiros prestadores de serviços, em especial de frete, transporte, logística e distribuição.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

II. CAPITAL SOCIAL

Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 12.553.417.953,36 (doze bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 812.473.246 (oitocentas e doze milhões, quatrocentas e setenta e três mil, duzentos e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º - As ações de emissão da Companhia são indivisíveis e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 6. Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e, conforme deliberação do Conselho de Administração, mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), em nome de seus titulares.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do adquirente pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 7. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até que o número de ações em que se divide o

capital social passe a ser de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Na hipótese prevista no caput deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga das opções ou subscrição das respectivas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Artigo 8.º - A critério do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência dos acionistas, em qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme disposto em Lei e neste Estatuto.

Artigo 9.º - A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará na cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou outro índice que reflita a real perda do poder de compra da moeda no período, a critério do Conselho de Administração da Companhia, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Artigo 10.º - Por deliberação da Assembleia Geral, em virtude de proposta do Conselho de Administração, o capital social da Companhia pode ser aumentado conforme hipóteses previstas em lei, sendo certo que nos casos de capitalização de lucros ou reservas, é facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento, entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuem.

III. ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11.º - A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas.

Artigo 12.º - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto e

no Parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - A Companhia deverá disponibilizar, no máximo até a data da primeira publicação do edital de convocação, para todos os acionistas, os materiais e documentos necessários para a análise das matérias constantes da Ordem do Dia, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

Artigo 13. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas na regulamentação aplicável, a primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência e a segunda convocação com, no mínimo, 8 (oito) dias.

Parágrafo 3º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da mesa designará um ou mais secretários para a Assembleia Geral.

Artigo 14. As deliberações em Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica "outros assuntos" ou "assuntos gerais" ou expressões equivalentes.

Parágrafo 2º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes que perfaçam, pelo menos, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Artigo 15. Em benefício do desenvolvimento dos trabalhos nas Assembleias Gerais, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar, com no mínimo 5 (cinco) dias de

antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante e/ou os documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações escriturais, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem a sua qualidade de acionista poderá participar e votar no condave.

Parágrafo 2º - A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé.

Artigo 16. - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no presente Estatuto:

- (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou planos de concessão de ações aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) deliberar acerca da saída da Companhia do Novo Mercado da BMBFBOVESPA;
- (v) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social; e
- (vi) fixar a remuneração do Conselho Fiscal na forma da Lei e deste Estatuto.

Artigo 17. A Assembleia Geral fixará anualmente o montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração global entre os administradores.

Artigo 18. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação legal ou estatutária, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Parágrafo 1º - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no *caput* deste Artigo quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, o pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo 2º - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, observadas as vedações previstas em lei.

Parágrafo 3º - A suspensão de direitos cessará tão logo haja o cumprimento da obrigação, devendo o acionista em questão comunicar a Companhia sobre o referido cumprimento.

IV. ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Das Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 19. A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, com as respectivas atribuições conferidas por lei e por este Estatuto.

Parágrafo 1º - Os administradores da Companhia são dispensados de prestar garantia para o exercício do cargo.

Parágrafo 2º - Os administradores da Companhia serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse nos livros próprios, do qual constará a anuência a todos os manuais, códigos, regulamentos e políticas internas da Companhia, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador da Companhia, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Parágrafo 4º - O mandato dos administradores da Companhia se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 20. O Conselho de Administração é composto por no mínimo 9 (nove) e no máximo 11 (onze) membros efetivos, dos quais pelo menos 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Parágrafo 1º), eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Quando, em decorrência da observância do percentual referido acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo 1º - Para os fins do presente Artigo, "Conselheiro Independente" é aquele definido como tal no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e expressamente declarado como tal na ata da Assembleia Geral que o elegeu.

Parágrafo 2º - Quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral indicará um Presidente e um Vice-Presidente, devendo este substituir o primeiro em suas ausências ou impedimentos, bem como no caso de vacância.

Parágrafo 3º - Sempre que a Assembleia Geral for convocada para deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração, os membros de tal órgão deverão aprovar uma proposta de chapa completa de candidatos para as vagas no Conselho de Administração, incluindo indicação para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais candidatos para compor o Conselho de Administração que não integrem a chapa proposta na forma prevista no Parágrafo 3º deste artigo, tal acionista deverá notificar a Companhia propondo uma outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração da Companhia, por escrito e preferencialmente com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia Geral, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo do(s) candidato(s), cabendo à Companhia providenciar a sua imediata divulgação, por meio de Aviso aos Acionistas disponibilizado no sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores. A Companhia não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. No entanto, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela proposta nos termos do Parágrafo 4º acima.

Parágrafo 6º - Caso receba pedido por escrito de adoção do processo de voto múltiplo, na forma do Artigo 141, Parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido, imediatamente, por meio de Aviso aos Acionistas

disponibilizado no sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores ou na forma definida pela lei ou pela CVM.

Parágrafo 7º - Na hipótese de a eleição do Conselho de Administração ser realizada pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste Artigo será considerado um candidato para o cargo de Conselheiro.

Parágrafo 8º - Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se à nova eleição.

Parágrafo 9º - Nas hipóteses de vacância dos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até a próxima Assembleia Geral, ocasião em que esta elegerá um novo Conselheiro para completar o mandato. No caso de vagas concomitantes superiores a um terço (1/3) de seus membros será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias desse evento, para a eleição dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo 10 - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo, exceto conforme aprovado em Assembleia Geral, ser eleitos aqueles que (i) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiverem ou representarem interesse conflitante com a Companhia. Ocorrendo após a eleição do membro do Conselho de Administração qualquer fato que configure hipótese de impedimento para o exercício do cargo de Conselheiro, prevista na Lei das Sociedades por Ações ou neste parágrafo, o membro que estiver sujeito ao impedimento fica obrigado a imediatamente apresentar sua renúncia ao Presidente do Conselho de Administração.

Subseção II.1 - Reuniões e Substituições

Artigo 21. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 1º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência. Na mesma data da convocação da reunião, os materiais e documentos necessários à apreciação dos assuntos da pauta da reunião do Conselho de Administração deverão ser disponibilizados aos conselheiros.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros. Em segunda convocação, que será objeto de nova comunicação aos Conselheiros na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, enviada imediatamente após a data designada para a primeira convocação, a reunião se instalará com a presença da maioria simples dos Conselheiros.

Parágrafo 5º - Se necessária, fica facultada a realização de reuniões do Conselho de Administração ou a participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho de Administração por telefone, videoconferência, deliberação eletrônica, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nessa circunstância, o conselheiro será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 6º - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

Parágrafo 7º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade nos casos de empate.

Artigo 22. No caso de ausência ou impedimento temporário, os Conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Subseção II.2 - Competência

Artigo 23. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas na legislação e neste Estatuto:

N

- (I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (II) eleger e destituir os Diretores da Companhia ou de suas sociedades controladas, direta e indiretamente, e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- (III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (IV) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em lei;
- (V) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social;
- (VI) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral e fixar os critérios para participação nos lucros dos empregados e administradores, observando o disposto neste Estatuto;
- (VII) autorizar a abertura de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em jurisdições onde a Companhia não tenha estabelecimento anterior;
- (VIII) escolher e destituir os auditores independentes indicados pelo Comitê de Auditoria;
- (IX) propor à Assembleia Geral a emissão de novas ações da Companhia acima do limite do capital autorizado;
- (X) ressalvadas as hipóteses de competência da Assembleia Geral, nos termos da regulamentação editada pela CVM, deliberar sobre (a) a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou utilização em planos aprovados pela Assembleia Geral; e (b) a eventual alienação ou cancelamento de tais ações;
- (XI) deliberar sobre a emissão pela Companhia ou por suas sociedades controladas, direta e indiretamente, de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias (*commercial paper*) e outros títulos de crédito assemelhados;
- (XII) deliberar sobre a emissão pela Companhia de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como se será concedido o direito de preferência aos acionistas ou reduzido o prazo para o seu exercício, conforme autorizado pela legislação em vigor;

N

- (xii) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores da Companhia, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei e/ou a distribuição de juros de capital, conforme previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada;
- (xiv) aprovar a política de pagamento de dividendos da Companhia;
- (xv) propor à Assembleia Geral Ordinária, observados os limites estabelecidos no Artigo 35, parágrafo único, deste Estatuto, os valores a serem pagos a título de participação estatutária dos empregados e administradores nos lucros de cada exercício social, bem como definir os critérios para distribuição de tais valores;
- (xvi) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis pela Companhia, envolvendo valores superiores a 0,067% e limitados a 0,333% do Valor de Referência, isoladamente ou em conjunto, em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Companhia;
- (xvii) apresentar proposta para aprovação em Assembleia de plano de outorga de opção de compra de ações ou plano de concessão de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas, direta e indiretamente, dentro do limite do capital autorizado, cabendo ao Conselho de Administração a administração do referido plano, incluindo a outorga de opções e concessões de ações no âmbito de tais planos;
- (xviii) autorizar alterações na negociabilidade e emissão de American Depositary Receipts – ADRs pela Companhia ou suas controladas, direta e indiretamente;
- (xix) constituir comitês técnicos ou consultivos, de caráter não deliberativo, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração. Os Comitês poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira, (ii) governança e ética, e (iii) remuneração de administradores e desenvolvimento executivo;
- (xx) acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados para assessorar o Conselho de Administração, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos, nos termos da legislação vigente e deste Estatuto;
- (xxi) definir a lista tripartite de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de

cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no Artigo 48 deste Estatuto Social;

- (xxi) elaborar e tornar público parecer prévio fundamentado sobre toda e qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual se manifestará: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) sobre as repercussões da oferta sobre os interesses da Companhia; (c) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (d) outros pontos que considerar pertinentes. No parecer, o Conselho de Administração deverá manifestar opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública de aquisição de ações, alertando que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação, ou não, da referida oferta;
- (xxii) propostas de alterações do Estatuto Social da Companhia, que digam respeito ao prazo de duração da sociedade, objeto social, aumentos ou reduções de capital, emissão de títulos mobiliários e/ou valores mobiliários, exclusão do direito de preferência na subscrição de ações e demais títulos e/ou valores mobiliários, dividendos, juros de capital, poderes e atribuições da Assembleia Geral, estrutura e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria, e respectivos quóruns de deliberações;
- (xxiv) aprovar o Plano de Desmobilização anual da Companhia proposto pela Diretoria Executiva, bem como a cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens imóveis da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que não estejam discriminados no Plano de Desmobilização já aprovado e representem, isoladamente ou em conjunto, valor igual ou superior a 0,167% do Valor de Referência;
- (xxv) aprovar proposta de cisão, fusão, incorporação em que a Companhia ou sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, sejam parte ou da própria Companhia, bem como sua transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária;
- (xxvi) deliberar sobre a liquidação, dissolução, nomeação de liquidantes, falência ou atos voluntários de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sociedade controladas e coligadas, direta e indiretamente, bem como reorganizações financeiras a elas relacionadas;
- (xxvii) aprovar a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que representem, isoladamente ou em conjunto, valor igual ou superior a 0,333% do Valor de Referência;

- (xocvii) autorizar a Diretoria Executiva a prestar fianças, avais e contratar seguros-garantia, bem como *performance bonds*, sempre que tais atos resultem em risco econômico para a Companhia ou para sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em montante superior a 0,333% do Valor de Referência;
- (xocix) autorizar a Diretoria Executiva a oferecer produtos e bens móveis e imóveis da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em garantia às instituições financeiras quando da contratação de financiamentos ou em garantia de processos judiciais, sempre que tais atos resultem em obrigações para a Companhia ou para sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em montante superior a 0,333% do Valor de Referência;
- (xocx) aprovar a contratação com terceiros de operações de endividamento da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em montante superior a 0,333% do Valor de Referência;
- (xocxi) aprovar a política de gestão de risco financeiro da Companhia, estabelecendo as principais condições para a contratação de operações de "hedging" (ativos e passivos), devendo tal política conter, no mínimo, as seguintes especificações: objetivo do "hedge", fatores de riscos, instrumentos elegíveis, limites e alçadas;
- (xocxii) aprovar a emissão, aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qual quer título ou forma, pela Companhia ou por sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, de participações societárias e/ou quaisquer valores mobiliários em quaisquer sociedades (inclusive renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures convertíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas), sempre que tais operações envolverem montante superior a 0,167% do Valor de Referência;
- (xocxiii) aprovar e definir, previamente, os atos a serem praticados pela Diretoria Executiva da Companhia em Assembleia Gerais e/ou Reuniões de Sócios de empresas controladas, coligadas ou investidas, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista e/ou sócia de tais sociedades, exceto quando se tratar de assuntos que envolvam montantes inferiores a 0,333% do Valor de Referência;
- (xocxiv) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com partes relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflito de Interesses da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração;
- (xocxv) aprovar os orçamentos de capital anuais e plurianuais gerais integrados (orçamentos das operações, orçamentos de investimentos, e os orçamentos de fluxo de caixa) da Companhia e de suas controladas e coligadas, fixação da política de investimento e da estratégia empresarial. O orçamento anual geral integrado deverá sempre ser aprovado

de Administração pelo Diretor Presidente Global, nos termos do Artigo 26 abaixo, todos profissionais que atendam aos parâmetros relacionados nos Parágrafos 3º e 4º abaixo.

Parágrafo 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente Global não poderão ser exercidos pela mesma pessoa, excetuada as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de até 180 (cento e oitenta dias).

Parágrafo 2º - O Diretor Financeiro, a critério do Conselho de Administração, poderá acumular as suas funções com as do Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - A eleição da Diretoria Executiva será efetuada pelo Conselho de Administração, podendo escolher dentre os candidatos pré-selecionados pelo Diretor Presidente Global. Para tanto, o Diretor Presidente Global enviará ao Conselho de Administração uma cópia do "currículo vitae" do candidato indicado, juntamente com os termos de sua contratação e todas as demais informações necessárias à comprovação de qualificação estabelecida no Parágrafo 4º deste Artigo. Caso o Conselho de Administração não aprove as indicações apresentadas, deverão ser indicados novos nomes, até que sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - A Diretoria Executiva será integrada exclusivamente por profissionais que tenham comprovada formação acadêmica e prática, adquirida em cursos e no exercício de atividades compatíveis com as funções para as quais estejam sendo cogitados.

Subseção III.1 - Competência

Artigo 25. Compete à Diretoria Executiva:

- (I) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior, exceto a abertura em jurisdições onde a Companhia não tenha estabelecimento anterior;
- (II) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (III) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- (IV) aprovar a cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens imóveis da

UNESX

Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que não estejam discriminados no Plano de Desmobilização já aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, e representem, isoladamente ou em conjunto, valor igual ou superior a 0,067% e inferior a 0,167% do Valor de Referência;

- (v) decidir, por solicitação do Diretor Presidente Global, sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (vi) aprovar a realização de determinadas operações e negócios com Partes Relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflitos de Interesses da Companhia;
- (vii) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo patentes, processos de produção e/ou tecnologia, direitos autorais, nomes de domínio, marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade por controlada ou coligada, sempre que tais atos envolverem montantes inferiores a 0,333% do Valor de Referência; e
- (viii) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis, limitados a 0,067% do Valor de Referência, isoladamente ou em conjunto, em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Companhia, inclusive em benefício do Instituto BRF e de outras organizações sem fins lucrativos vinculadas ou não à Companhia.

Artigo 26. Além de outras atribuições estabelecidas neste Estatuto, compete, exemplificativamente:

- (i) Ao Diretor Presidente Global:
 - a. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
 - b. representar a Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;
 - c. submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas da Diretoria Executiva relativas aos orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
 - d. supervisionar e orientar a condução dos negócios financeiros, sociais e de sustentabilidade e as atividades dos demais Diretores;
 - e. apresentar ao Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, os orçamentos de operações e de investimentos, o planejamento financeiro e o fluxo de caixa; e

f. propor ao Conselho de Administração cargos de Diretores, com ou sem designação especial, e os respectivos titulares para o desempenho de funções específicas que julgar necessárias.

(II) Ao Diretor Financeiro:

a. elaborar, juntamente com os demais Diretores e sob a coordenação do Diretor Presidente Global, os orçamentos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração e responder pelo controle da execução desses orçamentos principalmente no que se refere ao controle do fluxo de caixa;

b. orientar a execução da política econômico-financeira, supervisionando as atividades econômico-financeiras, segundo as determinações do Conselho de Administração; e

c. organizar e coordenar o sistema de informações necessário à sua atuação bem como supervisionar todas as atividades de controladoria da Companhia.

(III) Ao Diretor de Relações com Investidores:

a. representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados e administrar a política de relacionamento com investidores; e

b. monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Capítulo VIII deste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências.

(IV) Aos demais Diretores, cuja designação será dada pelo Conselho de Administração por sugestão do Diretor Presidente Global:

a. orientar, coordenar e supervisionar as atividades específicas sob sua responsabilidade; e

b. executar encargos específicos que lhes forem atribuídos por decisão do Diretor Presidente Global.

Subseção III.2 – Representação da Companhia

Artigo 27. A Diretoria Executiva, dentro dos limites fixados por Lei e por este Estatuto, fica investida de poderes gerais de gestão, que possibilitem a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, com vistas à consecução de seus objetivos sociais.

Artigo 28. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como a prática de todos os atos jurídicos, competirá a:

- (I) quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (II) qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou
- (III) dois procuradores com poderes específicos em conjunto.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (I) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (II) representação da Companhia em juízo; ou
- (III) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos públicos, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

Parágrafo 2º - Os atos para os quais este Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

Parágrafo 3º - Poderá a Diretoria Executiva, através de dois de seus membros e mediante instrumentos competentes, constituir mandatários com poderes específicos para agirem em nome da Companhia, com mandato por prazo determinado a ser estabelecido caso a caso, exceto os mandatos judiciais que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Em qualquer caso, deverão ser respeitadas as limitações e restrições mencionadas nesse Artigo e as estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Subseção III.3 – Reuniões da Diretoria

Artigo 29. A Diretoria Executiva fará reuniões sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 1º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, *N*

cabendo ao Diretor Presidente Global, ou ao seu substituto, o voto de qualidade.

Parágrafo 2º - O quórum mínimo de instalação das reuniões da Diretoria Executiva é de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo 3º - Se necessária, fica facultada a realização de reuniões ou a participação dos Diretores nas reuniões da Diretoria Executiva por telefone, videoconferência, deliberação eletrônica, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nessa hipótese, o Diretor será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - Nas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores substituir-se-ão entre si, por indicação do Diretor Presidente Global. Ocorrendo vacância, o Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, (I) designará quem deva (a) preencher a vaga, cujo mandato terá termo coincidente com o dos demais Diretores ou (b) cumular a respectiva função ou (II) deliberará sobre o não preenchimento, temporário ou permanente, do cargo deixado vago, desde que este cargo não seja o cargo de Diretor Presidente Global, Diretor Financeiro ou Diretor de Relações com Investidores.

V. CONSELHO FISCAL

Artigo 30. A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a sua reeleição, com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei.

Parágrafo 1º - A eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada por meio de deliberação majoritária, sendo eleitos os 3 (três) candidatos, e respectivos suplentes, que receberem o maior número de votos na Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações. Havendo um Acionista Controlador, é assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações de emissão da Companhia, o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, do qual constará a anuência a todos os manuais, códigos, regulamentos e políticas internas da Companhia, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro

próprio.

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião após a sua eleição e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado pelo próprio Conselho Fiscal.

Artigo 31. Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal deverão ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - Serão aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Ocorrendo a vacância do cargo de membro efetivo e de seu respectivo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo.

Parágrafo 3º - Observados os requisitos e obrigações constantes no presente Estatuto Social, bem como nas demais disposições legais aplicáveis, os membros do Conselho Fiscal da Companhia poderão ser eleitos pelo Conselho de Administração para também integrar o Comitê de Auditoria.

VI. COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 32. A Companhia terá um Comitê de Auditoria em funcionamento permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo, ao menos, 1 (um) membro independente do Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável, especialmente na Instrução CVM nº 509/11.

Artigo 33. Os membros do Comitê de Auditoria serão indicados pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 (dois) anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo. No caso do membro do Comitê que também seja membro do Conselho de Administração, o mandato se encerrará concomitantemente ao mandato de Conselheiro.

Parágrafo 1º - O exercício das atividades dos membros do Comitê de Auditoria deverá observar as regras previstas na legislação brasileira, especialmente na Instrução CVM 509/11, e norte-americana, incluindo o disposto na Sarbanes-Oxley Act e nas regras emitidas pela Securities and Exchange Commission - SEC.

Parágrafo 2º - Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade societária, de auditoria e financeira, que o

caracterize como especialista financeiro.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria terá as seguintes atribuições: 1) opinar sobre a contratação e destituição do auditor Independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; 2) supervisionar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; (c) da área de auditoria interna da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; 3) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; 4) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; 5) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; e 6) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Parágrafo 4º - O Comitê de Auditoria será órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reunir-se-á mensalmente e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre por ele apreciadas antes de sua divulgação.

Parágrafo 6º - O regimento interno do Comitê de Auditoria será aprovado pelo Conselho de Administração e descreverá detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais.

Parágrafo 7º - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber, reter e responder a denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, incluindo matérias de contabilidade, controles internos e auditoria.

Parágrafo 8º - O Conselho de Administração definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto para conduzir ou determinar a realização de consultas,

avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, remunerar tais especialistas e pagar as despesas administrativas ordinárias do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 9º - As reuniões do Comitê de Auditoria devem ser registradas em atas, sendo que as decisões/recomendações deverão ser tomadas com votos favoráveis de 2/3 de seus membros.

Parágrafo 10 - O coordenador do Comitê de Auditoria, acompanhado de outros membros quando necessário ou conveniente, deve: (I) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal; e (II) comparecer à assembleia geral ordinária e, quando for necessário, às assembleias gerais extraordinárias da Companhia.

Parágrafo 11 - Os membros do Comitê de Auditoria deverão eleger, dentre eles, o coordenador do Comitê, cujas atividades e atribuições serão definidas no regimento interno do Comitê.

Parágrafo 12 - Os membros do Comitê de Auditoria terão os mesmos deveres fiduciários e responsabilidades aplicáveis aos administradores da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

VII. EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

Artigo 34. O exercício social coincide com o ano civil e no seu término a Companhia elaborará as demonstrações financeiras previstas na Lei das Sociedades por Ações para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral.

Artigo 35. Do resultado de cada exercício social será deduzido, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Único - Após procedidas as deduções referidas neste artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos empregados e administradores, sucessivamente e nessa ordem:

- (I) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes; e
- (II) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

Artigo 36. Deduzidas as participações mencionadas no Artigo 35 acima, o lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

- (I) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social;

- (II) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser atribuído a todas as ações da Companhia;
- (III) 20% (vinte por cento) para constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- (IV) até 50% (cinquenta por cento) para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% (oitenta por cento) do Capital Social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (I) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (II) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (III) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (IV) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Artigo 37. Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos e de juros sobre o capital próprio serão efetivados no prazo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

Parágrafo 1º - Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23 acima, pode a Companhia levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei.

Parágrafo 2º - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo obrigatório do resultado do exercício social.

Artigo 38. Os dividendos não recebidos ou reclamações prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

VIII. DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39. A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ("OPA") dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de

N

Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos indicados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas, conforme abaixo definido, que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"Adquirente do Controle" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

"Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Controle" (bem como seus termos correlatos, "Controlado", "sob Controle comum" ou "Poder de Controle") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

Parágrafo 2º - O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do Controle, enquanto o Adquirente do Controle ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de

JUCEB

CVM; e (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, "Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que adquira ações da Companhia.

Parágrafo 2º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 3º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 140% (cento e quarenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 120 (cento e vinte) pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (ii) 140% (cento e quarenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 30 (trinta) dias pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 4º - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por

Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 7º - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo 8º - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 39, do Artigo 40 e do Artigo 41 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste Artigo, ressalvado o disposto no Artigo 49 e no Artigo 50 deste Estatuto Social.

Parágrafo 9º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista a tenha o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, de acordo com as regras previstas na regulamentação aplicável.

Parágrafo 10 - Para fins do cálculo do percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 11 - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 44. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o Acionista Controlador da Companhia deverá efetuar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores

NOVO MERCADO

mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 48 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso a assembleia geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da realização da assembleia geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no caput do presente artigo.

Parágrafo 2º - Nos casos previstos no Parágrafo 1º acima, competirá à mesma assembleia geral definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à assembleia que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da OPA, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 45. Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 48 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso a Assembleia Geral aprove o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 46. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que (i) as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado, ou (ii) os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado; ambos os casos em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado por ato ou fato da administração, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

JUCEC

segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

Artigo 49. É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - Com exceção daquelas OPAs destinadas à saída do Novo Mercado e/ou ao cancelamento do registro de companhia aberta, a realização de OPA unificada somente poderá ser realizada por acionista da Companhia que detenha montante igual ou superior a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, observado o disposto no Artigo 43.

Artigo 50. Os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro.

Parágrafo Único - A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA que seja de sua responsabilidade até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

IX. DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 51. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que possam surgir entre eles, relacionadas com ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida em conformidade com este último Regulamento.

X. DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 52. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

XI. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora dos trabalhos assembleares ou das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social ou de membro do Conselho de Administração eleito pelos signatários de tal acordo, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado na sede social.

Marcus de Freitas Henriques

Marcus de Freitas Henriques

Secretário



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2016 SOB Nº. 20160700783
Protocolo: 18/070079-0, DE 18/04/2016

Endereço: 42 3 0003424 0
BRF S.A.

Andre Luz de Rezende

ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

BRF S.A.
 Companhia Aberta de Capital Autorizado
 CNPJ nº. 01.838.723/0001-27
 NIRE 42.300.034.240

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
 REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2016**

(Lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º,
 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

1. Hora, Data e Local. A Assembleia foi realizada no dia 07 de abril de 2016, às 11:00 horas, na sede social da BRF S.A. ("BRF" ou "Companhia"), localizada na Rua Jorge Tzachei, nº 475, na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.
2. Convocação e Publicações. A Assembleia foi convocada conforme edital publicado nos seguintes jornais: Valor Econômico, (dias 03, 04 e 07 de março de 2016 - páginas 7, 3 e 3, respectivamente), Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, (dias 03, 04 e 07 de março de 2016 - páginas 35, 44 e 33, respectivamente), e Diário Catarinense (dias 3, 4 e 5 - páginas 22, 27 e 31, respectivamente), em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976. Dispensada a publicação do aviso previsto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, uma vez que os documentos mencionados no referido artigo foram publicados com antecedência de mais de um mês em relação à data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme facultado pelo §5º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes foram publicados em 26 de fevereiro de 2016 nos jornais Valor Econômico (páginas 17 a 28), Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (páginas 94 a 141) e Diário Catarinense (páginas 24 a 46), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976.
3. Presenças. Os trabalhos foram instalados com a presença de adonistas representando 75,19% do capital votante, conforme atestam os registros e as assinaturas constantes da Lista de Presença de Adonistas, ficando desta forma constatada a existência de quórum legal para a realização da Assembleia Geral. Presentes também, em atenção ao disposto nos artigos 134, §1º, e 164 da Lei n. 6.404/1976: (I) os Diretores da Companhia, Srs. Pedro de Andrade Faria e José Roberto Rodrigues; (II) o presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Abílio Diniz; (III) o membro do Conselho Fiscal, Sr. Atílio Gaspari; (IV) o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., Sr. Luiz Carlos Passetti.
4. Mesa. Presidente, Abílio Diniz; Secretário, Marcus de Freitas Henriques.

Documento Assinado Digitalmente 18/01/2017
 Junta Comercial de Santa Catarina
 CNPJ: 03.568.648/0001-32

Você deve instalar e certificar o JUCE SC
www.jucec.sc.gov.br/art-licado

5. Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre: 1. A alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, que trata do capital social, para refletir o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em virtude do cancelamento de ações aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2016; 2. A alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia em conformidade com os termos constantes da Proposta da Administração; 3. A fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2016 e a reatificação da remuneração anual e global realizada em 2015; e 4. A alteração dos jornais de grande circulação nos quais a Companhia realiza as suas publicações legais.

Em sede de Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; 2. Ratificar a distribuição de remuneração aos acionistas (Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos), conforme deliberado pelo Conselho de Administração; 3. Ratificar a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme reuniões de tal órgão ocorridas em 5 de agosto de 2015 e em 01 de março de 2016, bem como eleger o Vice-Presidente do Conselho de Administração; e 4. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES APROVADAS:

6.1. Inicialmente, foi aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes, que a ata da presente Assembleia seja lavrada sob a forma de sumário e que sua publicação seja realizada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/1976.

6.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

6.2.1. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para refletir o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em virtude do cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2016. Em vista disso, o referido dispositivo estatutário passa a apresentar a seguinte redação: "O capital social da Companhia é de R\$ 12.553.417.953,36 (doze bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 812.473.246 (oitocentas e doze milhões, quatrocentas e setenta e três mil, duzentos e quarenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal".

JUCESC

JUCESC 1154

6.2.2. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme os termos do Anexo I à Proposta do Conselho de Administração para a presente Assembleia, datada de 01 de março de 2016. Em virtude da aprovação da referida proposta, o Estatuto Social da Companhia passa vigorar com a redação consolidada que integra a presente Ata como seu Anexo I.

6.2.3. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, (I) a fixação da remuneração global anual referente ao exercício de 2016 para os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no valor de até R\$ 106.000.000,00, o qual abrange o limite proposto para remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e encargos sociais), benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, remuneração variável (participação nos resultados) e valores relacionadas ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e ao Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia; e (II) a reatificação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal realizada no ano de 2015, no montante de R\$ 80.200.000,00.

6.2.4. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a exclusão do "Diário Catarinense" do rol de jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais. Em vista disso, ficam os Srs. Acionistas Informados que a Companhia passará a promover as publicações exigidas em lei apenas no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina" e no jornal "Valor Econômico".

6.3. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

6.3.1. Aprovadas, por maioria de votos dos acionistas presentes, com as abstenções dos acionistas legalmente impedidos, as contas da administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

6.3.1.1. Aprovada ainda, por maioria de votos dos acionistas presentes, a destinação do Lucro Líquido do Exercício no valor de (a) R\$ 3.111.170.447,82; e (b) Ganhos Atuariais: R\$ 10.480.140,00; totalizando R\$ 3.121.650.587,82 de Lucro Líquido a ser destinado da seguinte forma: (I) Reserva Legal: R\$ 155.558.522,39, correspondente a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, na forma do artigo 193 da Lei n. 6.404/1976; (II) Valor Destinado a Juros sobre o Capital Próprio: R\$ 899.257.000,00, imputados aos dividendos obrigatórios, já pagos pela Companhia; (III) Dividendos no valor de R\$ 91.443.000,00, já declarados e pagos pela Companhia; (IV) Reserva para Aumento de Capital: R\$ 624.330.117,56; (v) Reserva para Expansão: R\$ 1.219.393.373,45; (vi) Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 131.668.574,42.

6.3.2. Ratificada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a distribuição de remuneração aos acionistas (Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos), no valor total de R\$ 1.088.909.656,74, correspondente a R\$ 1,321540229 por ação, dos quais: (i) R\$ 425.859.000,00, correspondente a R\$ 0,502432173 por ação, foram pagos, a título de juros sobre o capital próprio, em 14.08.2015, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18.06.2015; (ii) R\$ 473.398.000,00, correspondente a R\$ 0,584462002 por ação, foram pagos, a título de juros sobre o capital próprio, em 12.02.2016, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17.12.2015; (iii) R\$ 91.443.000,00, correspondente a R\$ 0,112896461 por ação, a título de dividendos, foram pagos em 12.02.2016, conforme deliberado pelo Conselho de Administração na Reunião, realizada em 17.12.2015; e (iv) R\$ 98.209.656,74, correspondente a R\$ 0,121749293 por ação, a título de dividendos adicionais, foram pagos em 01.04.2016, conforme deliberado pelo Conselho de Administração na Reunião, realizada em 25.02.2016.

6.3.3. Ratificada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a eleição dos Srs. (i) Renato Proença Lopes, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 21.346.776-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 126.854.988-30, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000; e (ii) Aldemir Bendine, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade nº 10.126.451 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.980.408.62, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000, como membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Os membros cuja eleição foi ratificada na presente Assembleia Geral terão mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração da Companhia, o qual se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2016. Fica registrado que, em função da aprovação da proposta de reforma estatutária objeto do Item 6.2.2 da presente Ata, que acarretou a exclusão do cargo de membro suplente do Conselho de Administração, (i) não foi deliberada a ratificação da eleição dos membros suplentes que haviam sido eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de março de 2016; e (ii) encerrou-se automaticamente o mandato de todos os membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

6.3.3.1. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a eleição do Sr. Renato Proença Lopes, acima qualificado, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

6.3.3.2. Diante das deliberações acima aprovadas, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser formado pelos seguintes membros, todos com mandato até



a Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2016: (I) Abílio dos Santos Diniz (Presidente e membro Independente); (II) Renato Proença Lopes (Vice-Presidente); (III) Aldemir Bendine; (IV) Henri Philippe Reichstul (Membro Independente); (V) José Carlos Reis Magalhães Neto; (VI) Lutz Fernando Furlan (Membro Independente); (VII) Manoel Cordeiro Silva Filho (Membro Independente); (VIII) Vicente Falconi Campos; e (IX) Walter Fontana Filho (Membro Independente).

6.3.4. Aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a eleição dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, sendo permitida a reeleição: (i) como membro efetivo independente, o Sr. Atílio Guaspari, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.816.288 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 610.204.868-72, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000, e, como seu suplente independente, a Sra. Susana Hanna Stiphan Jabra, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.356.839-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.148.408-18, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000; (II) como membro efetivo, o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, brasileiro, casado, contador e engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 81.119.427-3 TFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 632.856.067-20, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000, e, como seu suplente, o Sr. Marcos Tadeu de Siqueira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº M3397086 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 945.554.198-04, com endereço comercial na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBN - Quadra 1 - Bloco C - 8º andar, bairro Asa Norte, CEP 70040-903; e (III) como membro efetivo independente, o Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.781.281 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.662.408-03, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000, e, como seu suplente independente, o Sr. Walter Mendes de Oliveira Filho, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.692.636 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 686.596.528-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 5º andar, bairro Jardim Europa, CEP 01455-000. Fica registrado que a eleição dos membros do Conselho Fiscal foi realizada na forma prevista no artigo 30, § 1º, primeira parte, do Estatuto Social, sendo que os candidatos a membro titular apresentados antes e durante a realização da presente Assembleia receberam as seguintes quantidades de voto: (I) Atílio Guaspari - 61,47% de votos dos presentes, (II) Marcus Vinícius Dias Severini - 61,47% de votos dos presentes; (III)

✓

Reginaldo Ferreira Alexandre - 61,47% de votos dos presentes; e (iv) José Danúbio Rozo - 32,50% de votos dos presentes.

7. Documentos Anexos. (I) Estatuto Social Consolidado; e (II) Lista de Presença dos Acionistas.

8. Documentos Arquivados na Companhia. (I) Edital de Convocação; (II) Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário; (III) Instrumentos de mandato outorgados pelos acionistas; e (IV) Manifestações de voto recebidas pela Mesa.

9. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata contendo o sumário dos fatos ocorridos, a qual, depois de aprovada, vai assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. Assinaturas: Mesa: Abílio Diniz - Presidente; Marcus de Freitas Henriques - Secretário. Acionistas Presentes: THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT. (pp. CAMILA PUPO PALOMARES); FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-PETROS (pp. RAFAEL LEONARDO DE ALMEIDA COSTA); CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO FUNDO DO BANCO DO BRASIL (pp. VINÍCIUS NASCIMENTO NEVES); ABERDEEN BRASIL EQUITY FIA; ABERDEEN STRATEGIC BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; ABERDEEN EMERGING MARKETS FUND; ABERDEEN GLOBAL - EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ABERDEEN INSTITUTIONAL COMMINGLED FUNDS, LLC; ABERDEEN EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ABERDEEN EMERGING OPPORTUNITIES FUND; ABERDEEN GLOBAL - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; ABERDEEN LATIN AMERICA EQUITY FUND, INC; ABERDEEN CANADA - EMERGING MARKETS FUND; ABERDEEN GLOBAL BRAZIL EQUITY FUND; ABERDEEN INV FUNDS UK ICVC III - ABERDEEN WORLD EMERG M E F; ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND, A SERIES OF ABERDEEN F; THE NOMURA TRADING COMPANY, LTD AS THE NOMURA ABERDEEN GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND, A SERIES OF ABERDEEN F; STICHTING SPOORWEGPENSIOENFONDS; STICHTING PENSIOENFONDS OPENBAAR VERVOER; FLORIDA STATE BOARD OF ADMINISTRATION; CMLA EMERGING MARKETS FUND; BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION; FORSTA APFONDEN; ONTARIO PENSION BOARD; DEVON COUNTY COUNCIL; MIRABAUD BOARD OF INVESTMENTS; MU ABERDEEN FUND, GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; BEST INVESTMENT CORPORATION; BEST INVESTMENT CORPORATION; NATIONAL ELEVATOR INDUSTRY PENSION PLAN; NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST; HALLIBURTON CO EMPLOYEE BENEFIT MASTER TRUST; OGIA EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP.; DEUTSCHE X-TRAKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGE EQUITY ETF; QS INVESTORS DBI GLOBAL EMERGING MARKETS

EQUITY FUND LP; DEUTSCHE X-TRAKERS MSCI BRAZIL HEDGE EQUITY ETF; DESJARDINS EMERGING MARKETS FUND; CHEVRON MASTER PENSION TRUST; THRIVENT PARTNER WORLDWIDE ALLOCATION FUND; THRIVENT PARTNER EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; THRIVENT PARTNER EMERGING MARKETS EQUITY FUND; THRIVENT PARTNER WORLDWIDE ALLOCATION PORTFOLIO; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION; BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND; EMA-FONDS; ABBEY PENSION INTERNATIONAL FUND; ABBEY LIFE PENSIONS MANAGED FUND; FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY; DANSKE FUND LATIN AMERICA; INDUSTRIENS PENSIONFORSIKRING; STATE OF CONNECTICUT RET. PLANS AND TRT FUN; THRIVENT PARTNER EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; AMP CAPITAL FUNDS MGMT LTD EFM INTERNATIONAL SHARE FUND 10; FIRST TRUST ABERDEEN EMERGING OPPORTUNITY FUND; BLACKROCK EMERGING MARKETS FUND, INC; COMMINGLED PENSION TRUST FUND; INVESCO INTERNATIONAL GROWTH FUND; BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES AS TRUSTEE OF ABERDEEN DIVERSIFIED GROWTH FUND; ASSOCIATION DE BIENFAISANCE ET DE RETRAITE DES POLICIERS ET POLICIERS DE LA VILLE DE MONTRE; KAPITALFORENINGEN PENSAM INVEST PSI 50 EMERGING MARKET AKTIER; INVESCO GLOBAL GROWTH CLASS; EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND; EQ ADVISORS TRUST - AXA GLOBAL EQUITY MANAGED VOLATILITY POR; FIDELITY INVESTMENT FUNDS FIDELITY INDEX EMERG MARKETS FUND; FIDELITY FUNDS - LATIN AMERICA FUND; FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS; INVESCO INTERNATIONAL GROWTH FUND (CAN); JNL/INVESCO INTERNATIONAL GROWTH FUND; MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST; SOUTHERN COMPANY SYSTEM MASTER RETIREMENT TRUST; NVIT MULTI-MANAGER INTERNATIONAL GROWTH FUND; OHIO POLICE AND FIRE PENSION FUND; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL; STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D; STATE SUPER FINANCIAL SERV INTL EQ SECTOR TRU; JOHN GLOBAL EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; TEMPLETON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON BRIC FUND; T ROWE PRICE INT FNDS T.ROWE PRICE L AMER FUN; T R PR I INT F, INC. ON BEH OF ITS SEP SE T ROWE P I EM MK EF; T.ROWE PRICE GLOBAL ALLOCATION FUND, INC.; T.ROWE PRICE EMERGING MARKETS STOCK FUND; T.ROWE PRICE TRT OF THE INT COMMON T F ON B OF ITS UT, E M ET; T.ROWE PRICE RETIREMENT DATE TRUST; THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD AS TRUSTEE OF MUTB300041293-STOCK; THE MASTER TRUST BANK OF JAP., LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MUTB400045796; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792; THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR FOR MTBJ400045828; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045835; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045833; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR. F.

000000

FIDELITY SALEM STREET TRUST; SPARTAN GL EX U.S. INDEX FUND; FIDELITY SALEM STREET TRUST; SPARTAN EMERGING MARKETS IND FD; FINANCIAL SECTOR DEVELOPMENT FUND; FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM; FIRST TRUST BICK INDEX FUND; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; IBM 401(K) PLUS PLAN; GLOBAL TRUST COMPANY FBO AQR COLLECTIVE I TRUST - AQR E E F; GOVERNMENT OF SINGAPORE; GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND; THE WALT DISNEY COMPANY RETIREMENT PLAN MASTER TRUST; INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST; INVESCO GLOBAL GROWTH EQUITY POOL; INVESCO INTERNATIONAL GROWTH CLASS; INVESCO DEVELOPING MARKETS FUND; INVESCO V.I. INTERNATIONAL GROWTH FUND; INVESCO GLOBAL GROWTH FUND; ISHARES MSCI BRIC ETF; ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS MINIMUM VOLATILITY ETF; ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK LTD T F T SUMITOMO; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST B; JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL GROWTH STOCK FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERNAT GROWTH STOCK TRUST; JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND; LACM EMERGING MARKETS FUND L.P.; LACM EMIT LP; LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MORGAN STANLEY INVESTMENT MANAGEMENT EMERGING MARKETS TRUST; MORGAN STANLEY INSTITUTIONAL FUND INC EMERGING MARKETS PORTFOLIO; MORGAN STANLEY EMERGING MARKETS FUND INC; MORGAN STANLEY OFFSHORE EMERGING MARKETS FUND; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS LATIN AMERICAN EQUITY FUND; MERCER QIF FUND PLC; MFS BLENDED RESEARCH INTERNATIONAL EQUITY FUND; MFS EMERGING MARKETS EQUITY TRUST; MGI FUNDS PLC; MINISTRY OF STRATEGY AND FINANCE; NATIONAL ELEVATOR INDUSTRY PENSION PLAN; NEW YORK COMMON RETIREMENT FUND; NORGES BANK; NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC; NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC.- E.M.E.P.; NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST; PICTET FUNDS S.A RE: PI(CH)-EMERGING MARKETS TRACKER; PICTET - EMERGING MARKETS INDEX; PICTET - AGRICULTURE; PRINCIPAL FUNDS, INC-INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND; PRINCIPAL LIFE INSURANCE COMPANY; POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO; PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO; RAILWAYS PENSION TRUSTEE COMPANY LIMITED; RAYTHEON COMPANY MASTER TRUST; SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND; SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGOING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; SUNSUPER SUPERANNUATION FUND; STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIENFONDS VOOR DE HANDEL IN BOUWMAT; STICHTING PENSIENFONDS HORECA & CATERING; SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND; TEACHER RETIREMENT

SYSTEM OF TEXAS; THE BARING EMERGING MARKETS UMBRELLA FUND SUB FUND; THE BARING LATIN AMERICA FUND; THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; TEACHERS RETIREMENT ALLOWANCES FUND; THE PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT; THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYS.; THE PENSIO RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; THE HARTFORD GLOBAL REAL ASSENT FUND; THE LATIN AMERICAN DISCOVERY FUND INC; THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND; THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; THORNBURG GLOBAL INV P A ON B OF ITS S-F THORNBURG G O F; THORNBURG GLOBAL OPPORTUNITIES FUND; THORNBURG MULTIPLE INVESTMENT TRUST; UPS GROUP TRUST; TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY FUND; TORONTO TRANSIT COMMISSION PENSION FUND SOCIETY; TREASURER OF THE ST.OF N.CAR.EQT.I.FD.P.TR.; COMGEST GROWTH PLC; TRUST & CUSTODY S BK, LTD. AS TR FOR COMGEST E EQUITY FUND; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK LTD RE EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND; UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY; VANGUARD TOTAL WSI FD, A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS; UNITED TECHNOLOGIES CORPORATION MASTER RETIREMENT TRUST; VANG FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FD, A S OF V INTER E I FDS; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; WELLS FARGO ADVANTAGE DIVERSIFIED STOCK PORTFOLIO; WISDOMTREE EMERGING MARKETS CONSUMER GROWTH FUND; WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND; DIVERSIFIED REAL ASSET CIT; FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISERS EMERGING MARKETS FUND; KAISER FOUNDATION HOSPITALS; KAISER PERMANENTE GROUP TRUST; WMC GEM SYSTEMATIC EQUITY FUND; WYOMING RETIREMENT SYSTEM; PRINCIPAL FUNDS, INC - DIVERSIFIED REAL ASSET FUND; STATE OF WISCONSIN INVESTMENT BOARD MASTER TRUST; ISHARES MSCI ACWI INDEX FUND; FIDELITY SALEM STREET TRUST; FIDELITY SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND; BP PENSION FUND; MAGELLAN BANCO SANTANDER S.A.; ALLIANZ EQUITY EMERGING MARKETS 1; EMERGENCE M; ANCHOR GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND; CLARITAS ACOES FIA; CLARITAS LONG SHORT MASTER FIM; CLARITAS PRIVATE LONG SHORT FIM; XEROX CORPORATION RETIREMENT SAVINGS PLAN; PORTFOLIO BRAZIL LLC (pp. GEORGE WASHINGTON); FIA SANTA RITA; FIA ASPEN - INVESTIMENTO NO EXTERIOR (pp. RENATA CATELAN PERNOMIAN RODRIGUES); TP PARTNERS PUBLIC EQUITIES FUND, LP; TP PARTNERS FUND, LP; TOKENHOUSE FUND LLC; TARPON CSHG MASTER - FIA; TIRADENTES VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; TF FUND, LLC; MATRINXÁ FIM CRÉDITO PRIVADO; MARYLEBONE FUND, LP; MAKAIRA FUND, L.P.; MAKAIRA BR FIA; LONGFIELD ROAD INVESTMENTS, LP; LAVRAKI FIA; TARPON INSTITUCIONAL FIA; FIA SUL AMERICA GOVERNANCA I; FFB 1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; SUL AMERICA TARPON

SUL ENERGIA FDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES TARPON CFJ; BRECKENRIDGE LANE INVESTMENTS, LP; GUEPARDO INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; GUEPARDO MASTER 2 FIA; GUEPARDO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; GUEPARDO MASTER FUND LLC; GUEPARDO C FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; CLUBE DE INVESTIMENTO EGAK; SURUI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES GUARANI; WPA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A; EGGON JOAO DA SILVA ADMINISTRADORA LTDA; MARCIA DA SILVA PETRY; GERD EDGAR BAUMER; SI VOIGT ADMINISTRADORA LTDA; CLICA VOIGT ADMINISTRADORA LTDA; AUDACE FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL MASTER FIA; BTG PACTUAL ABSOLUTO LS MASTER FIA; BTG PACTUAL ABS INST PREVIDENCIA FD DE INVESTIMENTO EM ACOES; BTG PACTUAL ABSOLUTO PREVIDENCIA FIA; BTG PACTUAL ANDROMEDA FIA BTG PACTUAL HEDGE PLUS II FIM; BTG PACTUAL MULTISTRATEGIES ADVANCED PLUS FI; BTG PACTUAL PIPE FIA; BTG PACTUAL SICAV - BRAZIL EQUITY PLUS FUND; BTG PACTUAL SICAV - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BTG PACTUAL X 30 MULTIMERCADO LP; FIA AMIS; FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES BELLS; FIM PREV1; GERDAU PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES 'S; FI MULTIMERCADO / UNIPREV . III; BTG PACTUAL PENSION MM FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIARIO; BTG PACTUAL MULTISTRATEGIES ADVANCED PLUS FI; BTG PACTUAL MULTIMANAGER BBDC FIM; BTG PACTUAL MULTI ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; BTG PACTUAL LOCAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL ICATU SEG SELECT PREVIDENCIA MM FI PREV; BTG PACTUAL HEDGE PLUS FIM; BTG PACTUAL HEDGE FIM; BTG PACTUAL EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL PENSION FUNDO DE INVEST. DE ACOES PREVIDENCIARIO; VICENTE FALCONI CAMPOS; MARIA APPARECIDA CUNHA FONTANA; VANIA DA CUNHA FONTANA; WALTER FONTANA FILHO; ATILIO FONTANA NETO; RUTH ESCOREL FONTANA; DIVA HELENA FURLAN; LUIZ FERNANDO FURLAN; LEILA MARIA FURLAN; OSORIO HENRIQUE FURLAN JUNIOR; BFPF - BRASIL FOODS SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA (pp. ANA LUÍSA FAGUNDES ROVAI HIEAUX, FERNANDA DESTO SENRA e MARCIO ALVES SANJAR).

Certifico que o presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia nº 1, folhas 369 a 416.

Marcus de Freitas Henriques
 Marcus de Freitas Henriques
 Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 02/05/2018 SOB Nº. 20180700426
 Protocolo: 16/070042-6, DE 18/04/2018
 Empresa: 142 3 0003424 0
 SPP S.A.

Andre Luz de Rezende
 ANDRÉ LUZ DE REZENDE
 SECRETÁRIO GERAL



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

NAI - TMAJ
139

OFÍCIO Nº 58-17 NAI

UBERLÂNDIA, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2017

Ref.: Julgamento do Auto de Infração.

Prezado(a) Senhor(a),

A(O) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA, examinou o Processo Administrativo nº 454177/16, relativo ao Auto de Infração nº 44470 - / 2012 e decidiu:

Julgar procedente em parte a defesa apresentada e manter a penalidade de multa simples, modificada para o valor de R\$ 44.994,07 (quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), aplicados já com a atenuante de 30% (art. 68, I, 'a'), considerando a correção da UFEMG para o ano de 2012 (R\$ 64.252,96), devendo ainda o valor ser corrigido monetariamente a partir da data da autuação.

Caso a autuação gere Reposição Florestal/Pesca V.Sª estará recebendo dois (02) DAEs para pagamento.

Lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental, V. Sª dispõe do prazo de 30 dias para, querendo, apresentar recurso contra a decisão, a ser encaminhado para o endereço constante no rodapé. Caso não tenha interesse em recorrer, gentilmente solicitar a emissão do DAE por e-mail.

Para demais informações, favor entrar em contato com o(a) DIRETORIA DE CONTROLE PROCESSUAL - SUPRAM, no telefone (34) 3088-6400

Atenciosamente,



Funcionário(a) Responsável

A(o) Senhor(a) Sada S/a
Avenida Coronel Teófilo Camargo, 1001
UBERLÂNDIA/MG
CEP: 38401-512
CPF/CNPJ: 20.730.099/0088-45

Soo Joso

Vitor Otávio Fonseca Martins
Gestor Ambiental SUPRAM
MAG 1 400376-0 - 048/113 977 56

100



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

DATA DE EMISSÃO
07/04/2017

TIPO DE DAE
1. DAE DE CATEGORIA 1
2. DAE DE CATEGORIA 2
3. DAE DE CATEGORIA 3
4. DAE DE CATEGORIA 4
5. DAE DE CATEGORIA 5
6. DAE DE CATEGORIA 6
7. DAE DE CATEGORIA 7
8. DAE DE CATEGORIA 8
9. DAE DE CATEGORIA 9
10. DAE DE CATEGORIA 10
11. DAE DE CATEGORIA 11
12. DAE DE CATEGORIA 12
13. DAE DE CATEGORIA 13
14. DAE DE CATEGORIA 14
15. DAE DE CATEGORIA 15
16. DAE DE CATEGORIA 16
17. DAE DE CATEGORIA 17
18. DAE DE CATEGORIA 18
19. DAE DE CATEGORIA 19
20. DAE DE CATEGORIA 20
21. DAE DE CATEGORIA 21
22. DAE DE CATEGORIA 22
23. DAE DE CATEGORIA 23
24. DAE DE CATEGORIA 24
25. DAE DE CATEGORIA 25
26. DAE DE CATEGORIA 26
27. DAE DE CATEGORIA 27
28. DAE DE CATEGORIA 28
29. DAE DE CATEGORIA 29
30. DAE DE CATEGORIA 30
31. DAE DE CATEGORIA 31
32. DAE DE CATEGORIA 32
33. DAE DE CATEGORIA 33
34. DAE DE CATEGORIA 34
35. DAE DE CATEGORIA 35
36. DAE DE CATEGORIA 36
37. DAE DE CATEGORIA 37
38. DAE DE CATEGORIA 38
39. DAE DE CATEGORIA 39
40. DAE DE CATEGORIA 40
41. DAE DE CATEGORIA 41
42. DAE DE CATEGORIA 42
43. DAE DE CATEGORIA 43
44. DAE DE CATEGORIA 44
45. DAE DE CATEGORIA 45
46. DAE DE CATEGORIA 46
47. DAE DE CATEGORIA 47
48. DAE DE CATEGORIA 48
49. DAE DE CATEGORIA 49
50. DAE DE CATEGORIA 50
51. DAE DE CATEGORIA 51
52. DAE DE CATEGORIA 52
53. DAE DE CATEGORIA 53
54. DAE DE CATEGORIA 54
55. DAE DE CATEGORIA 55
56. DAE DE CATEGORIA 56
57. DAE DE CATEGORIA 57
58. DAE DE CATEGORIA 58
59. DAE DE CATEGORIA 59
60. DAE DE CATEGORIA 60
61. DAE DE CATEGORIA 61
62. DAE DE CATEGORIA 62
63. DAE DE CATEGORIA 63
64. DAE DE CATEGORIA 64
65. DAE DE CATEGORIA 65
66. DAE DE CATEGORIA 66
67. DAE DE CATEGORIA 67
68. DAE DE CATEGORIA 68
69. DAE DE CATEGORIA 69
70. DAE DE CATEGORIA 70
71. DAE DE CATEGORIA 71
72. DAE DE CATEGORIA 72
73. DAE DE CATEGORIA 73
74. DAE DE CATEGORIA 74
75. DAE DE CATEGORIA 75
76. DAE DE CATEGORIA 76
77. DAE DE CATEGORIA 77
78. DAE DE CATEGORIA 78
79. DAE DE CATEGORIA 79
80. DAE DE CATEGORIA 80
81. DAE DE CATEGORIA 81
82. DAE DE CATEGORIA 82
83. DAE DE CATEGORIA 83
84. DAE DE CATEGORIA 84
85. DAE DE CATEGORIA 85
86. DAE DE CATEGORIA 86
87. DAE DE CATEGORIA 87
88. DAE DE CATEGORIA 88
89. DAE DE CATEGORIA 89
90. DAE DE CATEGORIA 90
91. DAE DE CATEGORIA 91
92. DAE DE CATEGORIA 92
93. DAE DE CATEGORIA 93
94. DAE DE CATEGORIA 94
95. DAE DE CATEGORIA 95
96. DAE DE CATEGORIA 96
97. DAE DE CATEGORIA 97
98. DAE DE CATEGORIA 98
99. DAE DE CATEGORIA 99
100. DAE DE CATEGORIA 100

Nome
Sadia S/A

Endereço
Avenida Coronel Teófilo Carneiro, 1001

Município
UBERLANDIA

UF
MG

Inscrição Estadual
(43)3218-9512

Tipo de DAE
3

Número de DAE
20.730.099/0086-45

Descrição do DAE

Ano de Emissão
2012

Código de Barras
0200384516030

HISTÓRICO

Acto de infração nº 44470- Sorio 2012, processo número : 454177/16
Parcela 81/01

Valor da Parcela : 67.156,51
Valor de Juros : 0,00
Valor da Multa : 0,00
Valor da taxa : 0,00
Valor TOTAL : 67.156,51

Br.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digital.

Linha digital do código de barras: 85600000671 3 56518213170 5 40712020038 4 45160300209 3

Observações

TOTAL R\$ 67.156,51

85600000671 3 56518213170 5 40712020038 4 45160300209 3



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

DATA DE EMISSÃO
07/04/2017

TIPO DE DAE
1. DAE DE CATEGORIA 1
2. DAE DE CATEGORIA 2
3. DAE DE CATEGORIA 3
4. DAE DE CATEGORIA 4
5. DAE DE CATEGORIA 5
6. DAE DE CATEGORIA 6
7. DAE DE CATEGORIA 7
8. DAE DE CATEGORIA 8
9. DAE DE CATEGORIA 9
10. DAE DE CATEGORIA 10
11. DAE DE CATEGORIA 11
12. DAE DE CATEGORIA 12
13. DAE DE CATEGORIA 13
14. DAE DE CATEGORIA 14
15. DAE DE CATEGORIA 15
16. DAE DE CATEGORIA 16
17. DAE DE CATEGORIA 17
18. DAE DE CATEGORIA 18
19. DAE DE CATEGORIA 19
20. DAE DE CATEGORIA 20
21. DAE DE CATEGORIA 21
22. DAE DE CATEGORIA 22
23. DAE DE CATEGORIA 23
24. DAE DE CATEGORIA 24
25. DAE DE CATEGORIA 25
26. DAE DE CATEGORIA 26
27. DAE DE CATEGORIA 27
28. DAE DE CATEGORIA 28
29. DAE DE CATEGORIA 29
30. DAE DE CATEGORIA 30
31. DAE DE CATEGORIA 31
32. DAE DE CATEGORIA 32
33. DAE DE CATEGORIA 33
34. DAE DE CATEGORIA 34
35. DAE DE CATEGORIA 35
36. DAE DE CATEGORIA 36
37. DAE DE CATEGORIA 37
38. DAE DE CATEGORIA 38
39. DAE DE CATEGORIA 39
40. DAE DE CATEGORIA 40
41. DAE DE CATEGORIA 41
42. DAE DE CATEGORIA 42
43. DAE DE CATEGORIA 43
44. DAE DE CATEGORIA 44
45. DAE DE CATEGORIA 45
46. DAE DE CATEGORIA 46
47. DAE DE CATEGORIA 47
48. DAE DE CATEGORIA 48
49. DAE DE CATEGORIA 49
50. DAE DE CATEGORIA 50
51. DAE DE CATEGORIA 51
52. DAE DE CATEGORIA 52
53. DAE DE CATEGORIA 53
54. DAE DE CATEGORIA 54
55. DAE DE CATEGORIA 55
56. DAE DE CATEGORIA 56
57. DAE DE CATEGORIA 57
58. DAE DE CATEGORIA 58
59. DAE DE CATEGORIA 59
60. DAE DE CATEGORIA 60
61. DAE DE CATEGORIA 61
62. DAE DE CATEGORIA 62
63. DAE DE CATEGORIA 63
64. DAE DE CATEGORIA 64
65. DAE DE CATEGORIA 65
66. DAE DE CATEGORIA 66
67. DAE DE CATEGORIA 67
68. DAE DE CATEGORIA 68
69. DAE DE CATEGORIA 69
70. DAE DE CATEGORIA 70
71. DAE DE CATEGORIA 71
72. DAE DE CATEGORIA 72
73. DAE DE CATEGORIA 73
74. DAE DE CATEGORIA 74
75. DAE DE CATEGORIA 75
76. DAE DE CATEGORIA 76
77. DAE DE CATEGORIA 77
78. DAE DE CATEGORIA 78
79. DAE DE CATEGORIA 79
80. DAE DE CATEGORIA 80
81. DAE DE CATEGORIA 81
82. DAE DE CATEGORIA 82
83. DAE DE CATEGORIA 83
84. DAE DE CATEGORIA 84
85. DAE DE CATEGORIA 85
86. DAE DE CATEGORIA 86
87. DAE DE CATEGORIA 87
88. DAE DE CATEGORIA 88
89. DAE DE CATEGORIA 89
90. DAE DE CATEGORIA 90
91. DAE DE CATEGORIA 91
92. DAE DE CATEGORIA 92
93. DAE DE CATEGORIA 93
94. DAE DE CATEGORIA 94
95. DAE DE CATEGORIA 95
96. DAE DE CATEGORIA 96
97. DAE DE CATEGORIA 97
98. DAE DE CATEGORIA 98
99. DAE DE CATEGORIA 99
100. DAE DE CATEGORIA 100

Nome
Sadia S/A

Endereço
Avenida Coronel Teófilo Carneiro, 1001

Município
UBERLANDIA

UF
MG

Inscrição Estadual
(43)3218-9512

Tipo de DAE
3

Número de DAE
20.730.099/0086-45

Descrição do DAE

Código de Barras
0200384516030

Valor em R\$

Valor em R\$

Valor em R\$

TOTAL R\$ 67.156,51

SADIA S/A
AV. CEL JOSE TEOFILIO CARNEIRO, 1001
SÃO JOSE
38.401-344 UBERLÂNDIA - MG

Frederico Aparecido (M) Albuquerque
Burguês
9040



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY



Recebido 06.03

